

PROCESSAMENTO DE DADOS/TÉCNICAS DE SISTEMAS DE
PROCESSAMENTO DE DADO
DATA DA ENTREVISTA: 05.05.93
ALINEA "B"

001 Valdir Dias Júnior	18.046.454	11:30
002 Márcia Moreira Simões	9.310.592	11:45

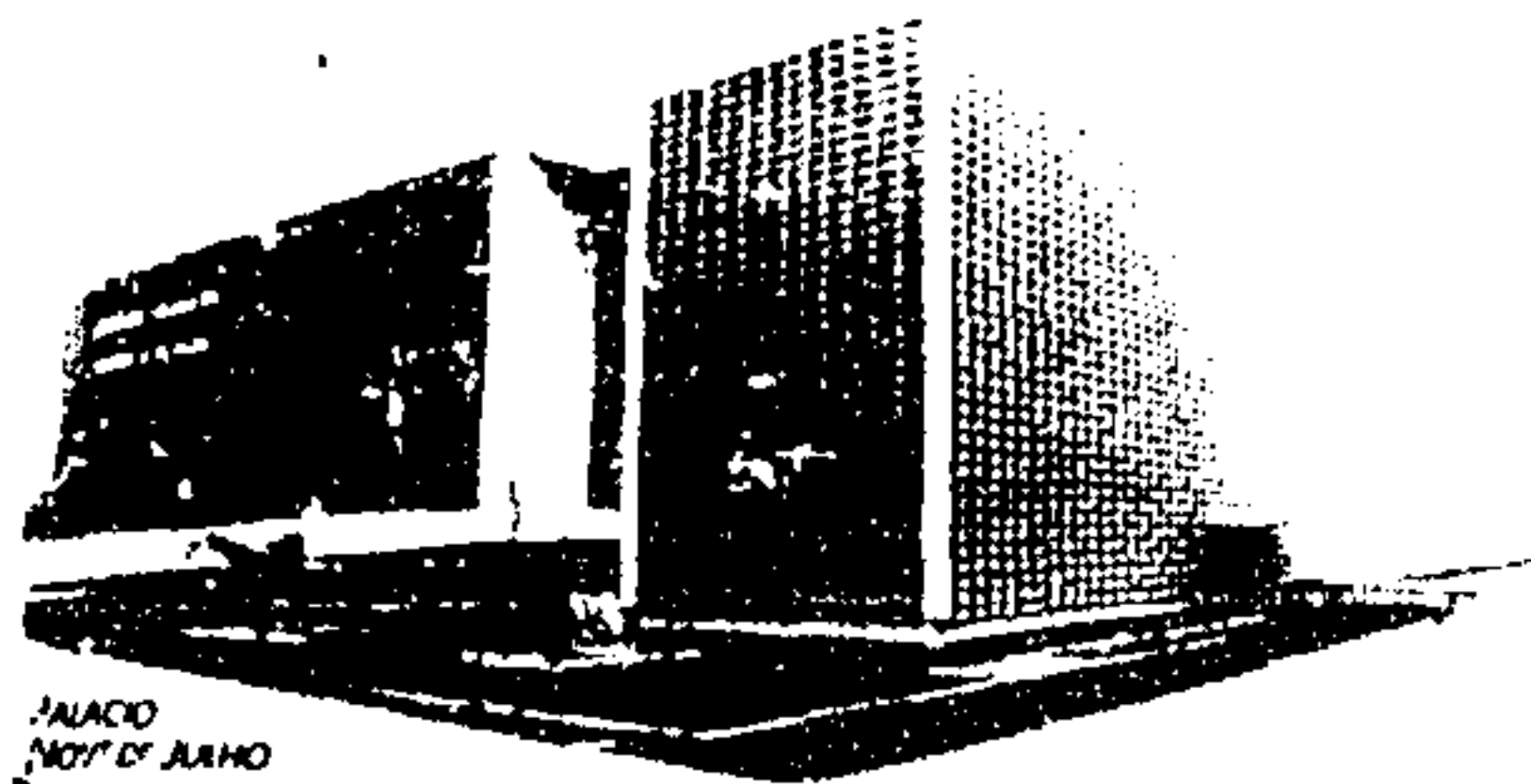
Não houve inscrições indeferidas

PROCESSAMENTO DE DADOS/INTRODUÇÃO A SISTEMAS
OPERACIONAIS

DATA DA ENTREVISTA: 05.05.93

ALINEA "B"

001 Viviana M. de S. Dias Guyot	9.670.519	8:00
002 Valdir Dias Júnior	18.046.454	8:15
003 Neide Aparecida Zanotto	19.516.009	8:30



PALACIO
MAYORIANO

ERRATA

RESOLUÇÃO Nº 748, DE 12 DE MARÇO DE 1993

Projeto de resolução nº 5, de 1992 de autoria do Deputado Bernardo Ortiz).

Altera o inciso I do artigo 99 da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores;

Artigo 1º — O inciso I do artigo 99 da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 99 — Haverá na Assembleia, nos dias úteis, exceto aos sábados, duas sessões ordinárias, a saber:

I — a primeira, improrrogável, com início às 14 horas e duração até às 16,30, composta das seguintes partes:

a) Expediente, com duração de 15 minutos;

b) Pequeno Expediente, que terminará, às 15 horas, para a finalidade prevista no § 5º do artigo 114;

c) Grande Expediente, com duração de uma hora improrrogável, destinado aos oradores inscritos, que versarão matéria de sua livre escolha, cabendo a cada um 15 minutos, na sua vez;

d) Ordem do Dia, para discussão e votação de moções e de requerimentos;

e) Explicação Pessoal, para uso da palavra dos Deputados que a solicitarem versando assunto de sua livre escolha, cabendo a cada um 15 minutos no máximo, dispensada prévia inscrição."

Artigo 2º — Ficam revogados os artigos 1º e 4º da Resolução nº 740, de 21 de outubro de 1991.

Artigo 3º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 12-3-93.

a) CARLOS APOLINÁRIO, Presidente

a) Artur Alves Pinto, 1º Secretário

a) Ricardo Trípoli, 3º Secretário no exercício da 2ª Secretária.

(Publicada no D.A. de 13-3-93).

Ordem do Dia

3 de maio de 1993
113ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Discussão e votação do Requerimento apresentado pelo deputado Uebe Rezek e outros, propondo seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de lei nº 44, de 1993, de autoria do Sr. Governador, que concede, no mês de dezembro de 1992, abono aos funcionários, servidores e inativos do Estado.

2 — Discussão e votação do Requerimento apresentado pelo deputado Uebe Rezek e outros, propondo seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de lei nº 81, de 1993, de autoria do Sr. Governador, que autoriza o Poder Executivo a contratar seguro de vida em grupo para os servidores da administração centralizada do Estado.

3 de maio de 1993
114ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE

— Discussão e votação do Projeto de lei nº 246, de 1992, apresentado pelo deputado Edinho Araújo, dispondo sobre a criação da "Estação Ecológica do Noroeste Paulista", em São José do Rio Preto e Mirassol. Parecer nº 73, de 1993, da Comissão de Justiça, favorável. Parecer nº 74, de 1993, de relator especial pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente, favorável, com emenda. Parecer nº 75, de 1993, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda e a emenda.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Discussão e votação do Projeto de lei nº 469, de 1992, apresentado pelo deputado Antonio Palocci, instituindo a "Semana de Prevenção das Doenças Cardiovasculares". Parecer nº 155, de 1993, da Comissão de Justiça, favorável. Parecer nº 156, de 1993, da Comissão de Educação, favorável, com emenda.

2 — Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 620, de 1992, apresentado pelo Sr. Governador, alterando diplomas legais que outorgaram patronômicos a estabelecimentos de ensino. Parecer nº 130, de 1993, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 131, de 1993.

3 — Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 744, de 1992, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a redação do artigo 1º da Lei nº 7895, de 15/05/92, que deu a denominação de "Profª Mercedes Valentim Giannocario" à Escola Estadual de 1º Grau Jardim Alto da Boa Vista, em Mauá. Parecer nº 138, de 1993, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 139, de 1993.

4 — Discussão e votação da Moção nº 41, de 1993, apresentada pelo deputado José Tonin, apelando para o Sr. Presidente do Congresso Nacional no sentido de ser instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de verificar a legalidade e constitucionalidade da autorização concedida a empresa Liderança Capitalização S/A, para a exploração da Tele Sena, nas moldeiras que vem operando. Parecer nº 292, de 1993, da Comissão de Justiça, favorável.

004 Marcos Rogério Cecato	11.055.164	8:45
005 Henrique da Fonseca	17.369.783	9:00
006 Ivana Lúcia de Moraes Prado	0.753.370	9:15
007 Roseli Aparecida F. S. Lima	10.458.952	9:30

Inscrição indeferida n.º 008 - R.O. 8.918.894

PROCESSAMENTO DE DADOS/FUNDAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

DATA DA ENTREVISTA: 05.05.93

ALINEA "B"

001 Viviana M. de Souza Dias Guyot	9.670.519	20:30
002 Valdir Dias Júnior	18.046.454	20:45
003 Marcos Rogério Cecato	11.055.164	21:00
004 Márcia Moreira Simões	9.310.592	21:15
005 Henrique da Fonseca	17.369.783	21:30

Não houve inscrições indeferidas

(12-4-5)

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

12ª Legislatura

Pauta

3 de maio de 1993
113ª Sessão Ordinária

Em pauta por 5 (cinco) sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 160 e o item 3, parágrafo único do artigo 152 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 — Projeto de lei nº 288, de 1993, apresentado pelo deputado Osvaldo Justo, declarando de utilidade pública o "Grupo Espírita João Cabete", em Santos.

2 — Projeto de lei nº 289, de 1993, apresentado pelo deputado Sílvia Torres, dando a denominação de "João Batista de Souza Andrade" à estrada vicinal Vargem Grande - São Roque da Fartura.

3 — Projeto de lei nº 290, de 1993, apresentado pelo deputado Uebe Rezek, declarando de utilidade pública a "Federação Tupinambá de Uimbanda e Candomblé de Barretos", naquele Município.

4 — Projeto de lei nº 291, de 1993, apresentado pelo deputado Hattiro Shimamoto, dispondo sobre a obrigatoriedade da vistoria anual de veículos automotores com mais de cinco anos de fabricação.

5 — Projeto de lei nº 292, de 1993, apresentado pelo deputado Cândido Galvão, dando a denominação de "Profª. Alvarina Bizarro Souza" à Escola Estadual de 1º Grau (Agrupada) do Jardim Santa Helena, em Jau.

6 — Projeto de lei nº 293, de 1993, apresentado pelo deputado Roberto Engler, incluindo no calendário turístico do Estado a "Feira das Nações de Santa Bárbara D'Oeste".

7 — Projeto de lei nº 294, de 1993, apresentado pelo deputado Roberto Engler, incluindo no calendário turístico do Estado a "Feira Junina Comunitária de Santa Bárbara D'Oeste".

8 — Projeto de lei nº 295, de 1993, apresentado pelo deputado Wilson Toni, dispondo sobre a cobrança de pedágio aos usuários de estradas estaduais.

9 — Projeto de lei nº 296, de 1993, apresentado pelo deputado Osvaldo Soeghen, dando a denominação de "Dr. Alencar de Toledo Barros" à Casa da Agricultura de Lins, naquele Município.

10 — Projeto de lei nº 297, de 1993, apresentado pelo deputado José Tonin, instituindo o "Dia do Reflorestamento".

11 — Moção nº 114, de 1993, apresentada pelo deputado Osvaldo Soeghen, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem adotadas as medidas que especifica para a concessão de vale-gás.

12 — Moção nº 115, de 1993, apresentada pelo deputado Hélio Ansaldo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de transformar as linhas de trens da Rede Ferroviária Federal, hoje inoperantes, em metrô de superfície, na Região do Vale do Paraíba.

2ª Sessão

1 — Projeto de lei Complementar nº 23, de 1993, apresentado pelo deputado Abelardo Camarinho, alterando a redação do § 1º do artigo 2º da Lei Complementar nº 651, de 31 de julho de 1990, que dispõe sobre a criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios e criação, organização e supressão de Distritos.

2 — Projeto de lei nº 280, de 1993, apresentado pelo deputado Januário Mantelli Neto, declarando de utilidade pública a "Instituição Rural da Criança e do Adolescente - Criando", na Capital.

3 — Projeto de lei nº 281, de 1993, apresentado pelo deputado Clemente Manoel, declarando de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Argos", em Jundiaí.

4 — Projeto de lei nº 282, de 1993, apresentado pelo deputado José Coimbra, dando a denominação de "Profª. Maria Gomide Santos de Souza" à Escola Estadual de 1º Grau Jardim Morumbi, em São José dos Campos.

5 — Projeto de lei nº 283, de 1993, apresentado pelo deputado Hattiro Shimamoto, dispondo sobre a obrigatoriedade da obtenção, quatro vezes por ano, de alvura bacteriológica, para a comercialização de água mineral, dita potável, pelas empresas do ramo.

6 — Projeto de lei nº 284, de 1993, apresentado pelo deputado Dália Priá, autorizando o Executivo a utilizar as áreas de bordas de reservatórios das Hidrelétricas do Estado, para plantio de machos florestais.

7 — Projeto de lei nº 285, de 1993, apresentado pelo deputado Joel Freire, declarando de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", em Peruíbe.

8 — Projeto de lei nº 286, de 1993, apresentado pelo deputado Tonico Ramos, dando a denominação de "Dr. Ulisses Guimarães" à Escola Estadual de 1º Grau (Agrupada) Jardim Alto de Ipeuna, em Ipeuna.

9 — Projeto de lei nº 287, de 1993, apresentado pelo deputado Erasmo Dias, dispondo sobre a obrigatoriedade de acompanhamento de parecer sobre eventual variação patrimonial positiva, quando da publicação de declaração de bens, conforme exigência constitucional.

10 — Moção nº 111, de 1993, apresentada pelo deputado Osvaldo Soeghen, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem corrigidas as distorções existentes, com o objetivo de garantir um Ministério Público independente para defender a todos.

Faculdade de Tecnologia de São Paulo

Edital de Abertura de Inscrições para o Concurso Público Docente 4-93 — Proc. 2.918-92

Acham-se abertas as inscrições ao Concurso Público para o preenchimento das funções de docentes na categoria de Professor Assistente, com a remuneração de Cr\$ 127.880,35 por hora-aula.

Local das Inscrições — Faculdade de Tecnologia de São Paulo — Praça Coronel Fernando Prestes, 30 — 2º andar — Assistência Técnica para Assuntos Docentes Bom Retiro — Capital — Tel.: 225-0366 ramal 184.

Prazo das inscrições — Dias 29 e 30-4-93 e de 3 a 7-5-93, das 10 às 13 horas e das 14 às 18 horas.

O edital, na íntegra, foi publicado no D.O. de 29-4-93, Seção I, pág. 89.

(30-1º)

11 — Moção nº 112, de 1993, apresentada pelo deputado Luiz Azevedo, apelando para o Sr. Presidente da República e para o Congresso Nacional no sentido de aprovar o projeto de lei que determina reajuste mensal dos salários.

12 — Moção nº 113, de 1993, apresentada pelo deputado Vanderlei Simonato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem cumpridos os valores e os prazos nas remessas de recursos necessários aos Estados para a manutenção do Sistema Unificado de Saúde - SUS.

3ª Sessão

1 — Projeto de lei nº 276, de 1993, apresentado pelo deputado Sylvio Martini, alterando a redação do artigo 1º da Lei nº 4955, de 27 de novembro de 1985, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados em terrenos contíguos às faixas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem.

2 — Projeto de lei nº 277, de 1993, apresentado pelo deputado Afanásio Jazadji, dispondo sobre a obrigatoriedade de atendimento imediato, pelos hospitais pertencentes ao Governo de São Paulo, a pacientes que tenham sofrido lesões corporais de qualquer natureza e origem e às gestantes em trabalho de parto.

3 — Projeto de lei nº 278, de 1993, apresentado pelo deputado Afanásio Jazadji, dispondo sobre a inserção de mensagens institucionais no verso das passagens de trens, metrô, balsas e ônibus pertencentes ao Estado.

4 — Projeto de lei nº 279, de 1993, apresentado pelo deputado João Leiva, dispondo sobre o controle das quantidades de serviços em obras públicas, com o objetivo de impedir o superfaturamento.

5 — Moção nº 110, de 1993, apresentada pelo deputado Osvaldo Soeghen, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem adotadas as medidas que especifica com o objetivo de prevenir e combater a AIDS.

4ª Sessão

1 — Projeto de resolução nº 3, de 1993, apresentado pelo deputado Vanderlei Simonato, alterando a redação § 5º do artigo 240 da VI Consolidação do Regimento Interno, que dispõe sobre a tomada de contas do Governador.

2 — Projeto de lei nº 272, de 1993, apresentado pelo deputado João Paulo, estabelecendo sanções a firma individual e a empresa jurídica de direito privado em cujo estabelecimento seja praticado ato vexatório, discriminatório ou atentatório contra a mulher.

3 — Projeto de lei nº 273, de 1993, apresentado pelo deputado Edson Ferrarini, dispondo sobre a criação, junto a Secretaria do Menor, de órgão destinado a divulgar, orientar e esclarecer devidamente as pessoas que desejam obter a adoção de uma criança ou adolescente.

4 — Projeto de lei nº 274, de 1993, apresentado pelo deputado Wadli Helú, dando a denominação de "Prof. Jair Luiz da Silva" à 3ª Escola Estadual de 1º Grau de Junqueirópolis, naquele Município.

5 — Projeto de lei nº 275, de 1993, apresentado pelo Sr. Governador, dando a denominação de "Doutor Ulisses Guimarães" ao Hospital Regional de Aracatuba.

6 — Moção nº 107, de 1993, apresentada pelo deputado Afanásio Jazadji, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de criar um Sistema Nacional de Vigilância Sanitária de acordo com o Sistema Único de Saúde, que garanta o uso racional de medicamentos seguros, eficazes e de boa qualidade.

7 — Moção nº 108, de 1993, apresentada pelo deputado Afanásio Jazadji, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem fiscalizados todos os locais de venda de botijões de gás engraafado, para averiguação das condições de segurança dos mesmos.

8 — Moção nº 109, de 1993, apresentada pelo deputado Afanásio Jazadji, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem liberadas, para a construção de casa própria, as chamadas contas ativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

5ª Sessão

1 — Projeto de lei nº 267, de 1993, apresentado pelo deputado Jayme Gimenez, dando a denominação de "Prof. Moacyr de Freitas" à Escola Estadual de 1º Grau do Jardim Aeroporto, em Novo Horizonte.

2 — Projeto de lei nº 268, de 1993, apresentado pelo deputado José Tonin, declarando de utilidade pública o "Retiro dos Pobres de Santo Antonio", em Angatuba.

3 — Projeto de lei nº 269, de 1993, apresentado pelo deputado Dália Priá, dando a denominação de "Dr. João Sperandio" ao Centro de Saúde III - Nova Aliança, naquele Município.

4 — Projeto de lei nº 270, de 1993, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a Fazenda do Estado e o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER a conceder, à Ferrovia Paulista S/A - FEPASA, direito real de uso de espaço aéreo e de imóveis necessários à construção de acesso às estações ferroviárias do Trem Metropolitano de São Paulo.

5 — Projeto de lei nº 271, de 1993, apresentado pelo deputado Afanásio Jazadji, dispondo sobre a obrigatoriedade do atendimento aos portadores de AIDS nos hospitais públicos do Estado.

6 — Moção nº 106, de 1993, apresentada pelo deputado Afanásio Jazadji, apelando para o Sr. Presidente do Congresso Nacional no sentido de propor legislação que dobre as penas estabelecidas para os crimes culposos, com o objetivo de diminuir os crimes no trânsito.

Em pauta por 3 (três) sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 256 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

2ª Sessão

— Proposta de Emenda nº 3, de 1993, à Constituição do Estado, apresentada pelo deputado José Coimbra e outros, alterando a redação do § 8º do artigo 14 daquele diploma legal, que dispõe sobre o livre acesso dos deputados às repartições públicas.